

“Os professores de luvas brancas”: marginálias do passado da historiografia uspiana

“The teachers with white gloves”: marginálias from the past of USPian historiography

Diego José Fernandes Freire

 <https://orcid.org/0000-0001-7651-5164>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Resumo: O corrente artigo pretende identificar e discutir alguns sentidos marginais à memória predominante da missão francesa no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), construída pelos discípulos nacionais deste empreendimento cultural franco-brasileiro. Situando-se no campo da história da historiografia brasileira, analisa-se o que se entende por uma memória subterrânea presente nos escritos historiográficos de Carlos Guilherme Mota, historiador vinculado à USP que, a partir de 1970, apresentou uma visão alternativa aos missionários franceses dos anos 1930. Trata-se, portanto, de uma discussão historiográfica a respeito dos limites de uma memória institucional relativa a um momento importante do início do curso superior de História (e Geografia) em uma universidade brasileira específica, a USP. Dividido em três seções e inspirando-se nas reflexões sobre a noção de memória, o presente trabalho utiliza como fontes entrevistas, depoimentos e artigos de historiadores, bem como a tese de livre-docência de Guilherme Mota, defendida em 1975.

Palavras-chave: Memória. Missão francesa. Universidade de São Paulo. Carlos Guilherme Mota.

Abstract: The current article aims to identify and discuss some marginal meanings related to the predominant memory of the French mission in the Department of History at the University of São Paulo (USP), constructed by the national disciples of this Franco-Brazilian cultural endeavor. Situated in the field of the history of Brazilian historiography, it analyzes what is understood as an underground memory present in the historiographical writings of Carlos Guilherme Mota, a historian affiliated with USP who, starting in 1970, presented an alternative view to that of the French missionaries of the 1930s. Therefore, it is a historiographical discussion regarding the limits of an institutional memory related to an important moment in the early higher education of History (and Geography) at a specific Brazilian university, USP. Divided into three sections and inspired by reflections on the notion of memory, this work uses interviews, testimonies and articles by historians, as well as Mota's post-doctoral thesis, defended in 1975, as sources.

Keywords: Memory. French mission. University of São Paulo. Carlos Guilherme Mota.

“Não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza” (FOUCAULT, 1996, p.71).

“Tudo quanto o homem expõe ou exprime é uma nota à margem de um texto apagado de todo. Mais ou menos, pelo sentido da nota, tiramos o sentido que havia de ser o do texto; mas fica sempre uma dúvida, e os sentidos possíveis são muitos” (PESSOA, 1977, p.16).

Prestes a virar o milênio, mais precisamente em 1997, a revista *Economia Aplicada*, ligada ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), trouxe em seu primeiro número o depoimento da renomada professora Alice Piffer Canabrava, primeira mulher catedrática da instituição, condição obtida em 1951. Denominado “Minhas reminiscências”, a regente da cadeira¹ de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil recapitulou sua trajetória intelectual na USP, cravando a seguinte afirmação a certa altura: “nós somos filhos da pesquisa histórica da França por causa dos grandes professores que tivemos” (CANABRAVA, p. 161, 1997). Aluna das primeiras turmas do curso de História e Geografia, entre os anos de 1935-1937, os “grandes professores” a quem Canabrava se refere entusiasticamente foram os mestres da missão francesa, que entre 1934 e 1946 atuaram como regentes das primeiras cadeiras do referido estabelecimento de ensino.

Na história dos cursos superiores de História no Brasil, o tema da missão francesa costuma aparecer com relativa frequência, funcionando muitas vezes como marco de origem (FERREIRA, 1999). Aos mestres franceses que aportaram em instituições de ensino como a USP, a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade de Porto Alegre (UPA) nos anos 1930, costuma-se atribuir o epíteto de fundadores, como se um curso superior pudesse ser produto de poucas pessoas, e não de toda uma coletividade, envolvendo docentes, estudantes, funcionários e instituições (COSTA, 2022). Dentre estas, a USP coloca-se como a que mais venerou seus mestres estrangeiros. Seu Departamento de História, ligado originalmente a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL), tida pelos idealizadores nacionais como a alma *mater* do estabelecimento superior, prodigalizou-se na lembrança afetuosa da missão francesa, guardando ciosamente durante muitas décadas nomes como os de Fernand Braudel, Jean Gagé e Émile Coornaert (CAPELATO ET ALL, 1994).

Da seara pedagógica para a historiográfica, tal referência adornou os nomes de Braudel e companhia como os responsáveis pela “moderna historiografia brasileira”, como aqueles que, ensinando História no país, teriam provocado uma ruptura com a tradição histórica existente no meio nacional, isto é, com os historiadores diletantes dos vários Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Brasil (ARRUDA & TENGARRINHA, 1999). Um novo mundo historiográfico teria se aberto com a chegada dos missionários franceses. Daí a ideia de fundadores, atribuída a eles (CAMPOS, 1961).

¹ Até a reforma universitária de 1968, a estrutura curricular da USP baseava-se em cadeiras dominadas pela figura do catedrático. Da criação da Universidade até a referida data, diversas cadeiras foram sendo criadas, na medida em que o número de discentes e docentes crescia. Para o caso específico do curso de História e Geografia da USP, o qual durou até 1955, ver ROIZ (2020, p. 49-129).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Além dessa marca, outra costuma vir associada ao empreendimento historiográfico da missão francesa na FFCL: a difusão dos preceitos da *école des Annales*. *Annalistes avant la lettre*, Braudel, Gagé e Coornaert teriam ancorado no Brasil já imbuídos de um sentimento vanguardista de renovação mundial da História. Nesse sentido, ensino e pesquisa, magistério e historiografia, acabam por se justapor em uma equivalência mecânica, conforme se depreende das palavras de Alice Canabrava, não se atentando para as particularidades e as relações tensas que envolvem as dimensões de um docente-historiador (OLIVEIRA, 2012). Adotar os princípios historiográficos dos *Annales* na pesquisa histórica implica igualmente em os seguir no momento do ensino? Cabe a desconfiança, bem apontada por Aryana Costa (2020).

Nos últimos anos, porém, diversos trabalhos da historiografia brasileira têm problematizado mais estes momentos iniciais da História universitária no Brasil, lançando novas questões, propondo outras abordagens, iluminando pontos incomuns, tais como as disputas institucionais, as práticas pedagógicas em sala de aula, o currículo multifacetado, o perfil discente, a memória edulcorada dos discípulos etc (RODRIGUES, 2012; ROIZ, 2012; COSTA, 2018; MATINEZ, 2002; FREIRE, 2019). História da historiografia, história do ensino de História e história intelectual, triangulando-se em um proveitoso diálogo, vêm permitindo renovações a respeito de temas clássicos da comunidade de Clio no Brasil. Por conseguinte, hoje já é possível relativizar bastante a frase peremptória de Canabrava, tratando-a como a expressão de um desejo de filiação franco-brasileira, muito forte em seu *lugar social* (DE CERTEAU, 1982); ou seja, trata-se do discurso de uma comunidade de memória específica, a qual sedimentou e cultivou uma dada lembrança institucional.

Ciente de tais interfaces, ainda que objetivando operar mais a partir da história da historiografia brasileira, o presente texto irá se debruçar acerca de algumas visões marginais a respeito dos ditos mestres franceses no Departamento de História da USP. Trata-se de trazer à tona uma espécie de *memória subterrânea*, menos no sentido dos traumas de um grupo social, que irrompem a partir de um inconsciente, do que referente a posições, opiniões, ideias e valores que foram como que soterrados por um discurso oficial disciplinador. A inspiração teórica maior vem dos diversos estudos sobre a categoria de memória², especialmente das contribuições de Enzo Traverso (2012, p. 71-72), o qual assinala:

A única diferença entre uma língua e um dialecto, diz um aforismo difundido entre os povos minoritários, é que língua é protegida por uma polícia e um dialecto não. Poderia estender-se essa constatação à memória. Existem memórias oficiais, alimentadas pelas instituições, ou seja, os Estados, e memórias subterrâneas, escondidas ou interditas. A visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui. Dito de outra forma, existem memórias fortes e memórias fracas.

Toda memória oficial estabelece-se em detrimento de outras memórias alternativas, concorrentes, como que aterrando-as. Por isso, é comum falar-se nas batalhas de memória,

² Desde o clássico texto de Maurice Halbwachs, “Os quadros sociais da memória”, publicado em 1925, a memória vem sendo problematizada no interior das Ciências Humanas, a partir das mais diferentes abordagens sociológicas, antropológicas, históricas e filosóficas. Impossível, portanto, indicar todos os estudos. Para fins do corrente artigo, a memória pensada como *metamemória*, conforme a conceituação de Joel Candau, é fundamental: “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela; dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado e, igualmente, a construção explícita da identidade. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva” (CANDAU, 2016, p. 23).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

das quais se costuma obter, como prêmio, a representação legítima, capaz de conseguir credibilidade social e, assim, estruturar realidades pretéritas (BOURDIEU, 1989). Nenhuma memória, por mais forte que se pretenda, está isenta de disputas, de questionamentos, de contraversões (POLLACK, 1989).

Sobre as figuras de Braudel, Gagé e Coornaert, trinca historiográfica usualmente adornada pelos seus autodenominados discípulos brasileiros, paira uma memória oficiosa (FREIRE, 2024). Esta foi instituída no início da segunda metade do século XX, em grande medida por sujeitos que ocupavam posições de poder na USP, tais como Eurípedes Simões de Paula, Pedro Moacyr Campos e Eduardo de Oliveira França, todos eles catedráticos das antigas cadeiras regidas pelos membros da missão francesa³. O primeiro, diga-se, esteve por mais de uma vez na direção da FFCL da USP durante o decênio de 1950, do mesmo modo que Alice Canabrava, igualmente participante dessa memorialística positiva do legado francês, diretora da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FEA) entre os anos de 1954-1957.

No entanto, as reminiscências desses *atletas da memória* não impediram a produção de outras vozes relativas ao passado francês da historiografia uspiana (RICOEUR, 2007, p. 77). No próprio momento de instituição e de consolidação de uma memória francófona no Departamento de História da USP, irromperam rumores clandestinos, falas alternativas que, não obstante emudecidas, bradaram por uma audiência. Quais foram estas outras vozes? O que elas vocalizaram? Que sentidos lançaram aos propalados mestres franceses? Em uma palavra: de que maneira enunciaram um desvio à francofilia da memória oficial dos missionários estrangeiros do curso de História e Geografia da USP?

A ideia de marginálias do passado francês da historiografia uspiana vem precisamente de tais sentidos clandestinos que, situados à beira de um discurso memorialístico predominante, pouco são considerados. Se o texto é o produto final da autoria, aquilo que normalmente vem à luz, as notas, os comentários, rabiscos e glosas, por seu turno, formam as marginálias, espécie de parte não oficial de uma obra. Na esteira do pensamento de Michel Foucault (2006), marginálias são textos infames. Para discutir esta escrita à margem da memória uspiana afrancesada, serão analisados alguns escritos de um historiador que, aparentemente, situa-se na linhagem dos herdeiros da missão francesa. Trata-se de Carlos Guilherme Mota, indivíduo bastante ligado à USP, em razão de ter feito toda a sua formação acadêmica e a sua atuação profissional na mencionado instituição paulista⁴. Mesmo assim, como se verá, aquele historiador foi um dos que mais enunciou divergências em relação a francofilia das estirpes da FFCL.

A crítica das origens

Em todo grupo, os enunciados são sempre submetidos em um momento ou outro a um

³ Os dois primeiros atuavam na cadeira de História da Civilização Antiga e Moderna, ao passo que Eduardo d'Oliveira França em História da Civilização Moderna e Contemporânea. Ambas as cadeiras surgiram em 1939, a partir do desmembramento da cadeira de História da Civilização, regida inicialmente por Braudel e depois por Gagé. Mais informações em ROIZ & SANTOS (2012, p. 143-167).

⁴ Graduação em História concluída no ano de 1963, mestrado em 1966 e doutorado obtido em 1970. Já no final da primeira metade dos anos 1960, começou a ministrar aulas na Universidade de São Paulo, até a sua aposentadoria. Em 2009, tornou-se professor emérito desta instituição. Mais informações em: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=A432F552C2C17FB6924FB6412B345CDD.buscatextual_0 Acessado em 25/02/2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

juízo exterior e correm, assim, o risco de ver germinar a dúvida - desencantamento (CANDA, 2016, p. 42).

O ano era 1984, quando a USP completava 50 anos de existência e os principais centros do país agitavam-se na campanha pelas Diretas Já, movimento que corroía popularmente a ordem ditatorial instaurada em 1964. Nesta data emblemática, Carlos Guilherme Mota, ao ser entrevistado por uma revista paulista denominada Interação, apresentou a seguinte periodização para a sua instituição de trabalho:

1934-1945 – é a universidade das oligarquias, com a presença das missões estrangeiras e o peso dos velhos catedráticos; 1945-1964 – dá-se a formação do pensamento radical de classe média; 1964-1969 – começa-se a descobrir a América Latina e surgem trabalhos como os de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Dante Moreira Leite; 1969-1976 – período de ditadura mais forte, com o sufocamento da universidade, marcado no final pela morte de Vladimir Herzog e pela famosa reunião da SPBC; 1977-1984 – emergência da nova sociedade civil e da abertura (MOTA, 2011, p. 346).

Em um típico gesto de historiador, organizando com pretensões cirúrgicas o tempo, o entrevistado acima repartiu em fases a história da USP, do seu início até o momento vigente. Como toda periodização, momento original e presente vivido estabeleceram vínculos íntimos (CHESNEAUX, 1994, p. 92-99).

Se ao hoje foi reservado a abertura do novo, ao ontem, todavia, destinou-se o peso do velho. A USP das primeiras décadas, embora contasse com a presença alvissareira das missões estrangeiras, acabou recebendo um timbre de arcaísmo: “a universidade das oligarquias” e “os velhos professores catedráticos”. Oligarquias e cátedras funcionariam como signos do antiquado, marcas de um país ainda não modernizado. Tais elementos temporalizam a Universidade de São Paulo rumo a uma *alocronia*, ou seja, a um tempo pretérito, obsoleto, em que estaria estacionada (FABIAN, 2013). A nova sociedade civil, a abertura, apareceriam somente depois, já nas décadas finais do vigésimo século. A novidade não estaria no passado lembrado, mas sim no presente vivido. Este foi o tom predominante com o qual Carlos Guilherme Mota (des)qualificou os historiadores da missão francesa do tempo inicial da USP, chamado pejorativamente de “a época dos professores de luvas brancas” (MOTA, 2011, p. 349).

Suas críticas iniciaram ainda na primeira metade da década de 1970, no momento em que a memória afrancesada da USP tinha considerável circulação na – agora – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Já forte neste centro de ensino, a primeira apreciação reativa aos “mestres fundadores” apareceu no ano de 1974, distante do nascedouro da memória pró-franceses, quando o autor participou de diversos encontros acadêmicos fora da capital paulista: Cidade do México, no *Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos*, realizado entre os dias 15 e 19 de julho na Universidade Nacional Autónoma do México; Brasília, em um colóquio realizado na Universidade de Brasília; e Recife, na mesa redonda “pesquisa histórica no Brasil” da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso Científico (MOTA, 2011, p. 37). Desses textos iniciais, a crítica continuou em seu principal trabalho: a tese de livre-docência intitulada “A Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica”, apresentada a sua universidade no ano de 1975 (MOTA, 1975).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Longe daqueles que velam pela *memória comandada*, isto é, “os próximos” (RICOEUR, 2007, p. 82-105), uma leitura dissonante pode ser feita:

As missões culturais francesas, italianas etc. propiciaram a vinda de mestres – ou de futuros mestres – do porte de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, P. Monbeig, R. Bastide, Ungaretti [...]. Não será exagero afirmar que muitas carreiras universitárias de europeus (franceses notadamente) tiveram nestes “tristes trópicos” seu início. O modelo francês, que sempre impressionara a aristocracia rural do século XIX, voltava a ser utilizado, e de maneira metódica. De resto, a uma sociedade mais urbanizada deveria corresponder uma universidade *à la page*; a uma universidade nascida no momento de crise da oligarquia, os valores que lhe garantiam permanência ainda eram os da cultura francesa. O peso de Proust na literatura, de Comte, Taine e Bergson na filosofia, de Seignobos e Malet-Isac na história, de Vidal de la Blache na geografia, ainda não foi devidamente avaliado na formação ideológica das elites intelectuais criadas à sombra do interventor Armando Salles Oliveira (MOTA, 2011, p. 54).

Na fala do escritor, a leva de autores europeus aparece comodamente situada em um quadro cultural tradicional maior, seja do Brasil ou do próprio Velho Mundo. Daí a presença de personalidades oitocentistas, as quais persistiam no ambiente universitário brasileiro. Guilherme Mota fez questão de frisar que, na época da cooperação institucional França-Brasil, intelectuais como Braudel e Lévi-Strauss não tinham ainda se tornado figuras proeminentes, clássicos das ciências humanas no mundo.

Diferentemente dos guardiões da memória uspiana que tomaram os ilustres franceses por aquilo que se tornaram posteriormente aos anos 1930, Carlos Guilherme Mota, por sua vez, preferiu historicizar os indivíduos citados, pontuando que estes intelectuais estavam no início da carreira. Eles não eram figuras de proa no meio letrado francês. Parece haver aqui um esforço historicista de tomar as coisas no tempo do seu acontecer, a fim de diminuir o peso do futuro conhecido no passado descrito e, assim, escapar de versões teleológicas, comum nas memórias que consagram “pais fundadores” (PAUL, 2011). A intenção aparenta a de olhar para a missão francesa dentro da própria época dos missionários, e não *a posteriori*, o que levaria a enxergá-los como medalhões, destaque que passaram a ter somente depois, quando o empreendimento de cooperação França-Brasil se encerrou e tais autores já estavam na Europa, alocados em outras instituições de ensino superior.

É digno de nota também a citação de nomes como Charles Seignobos, Albert Malet e Jules Isaac, típicos nomes do famigerado “antigo regime” francês que os *Annales* teriam pretendido romper sob os aplausos dos discípulos brasileiros da missão francesa (BURKE, 2010; BELIEIRO, 2017). A História ensinada, mesmo com as presenças de Braudel, Gagé e Coornaert, não teria se despedido da influência dos historiadores oitocentistas, realizada através dos vários manuais *Malet et Isaac* e de *Introduction aux études historiques*, todos consultados e lidos na língua original. Rasurando esta pretensa continuidade, enfatizou-se a força da tradição nas culturas nacionais, tanto a brasileira quanto a francesa. Com isso, a criação da USP e de sua FFCL não apareceram sob o sigo da revolução cultural que seus idealizadores tanto enunciavam (ROIZ, 2009). Menos vanguarda e mais tradição, pouco haveria de excepcionalismo inovador na vinda dos docentes estrangeiros a São Paulo.

Anos depois, já no começo do século XXI, Mota (2010, p. 122) voltou a mensurar a importância dos manuais para os egressos de História e Geografia da época inicial da Universidade no Brasil:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

nos anos 1940-1950, com a presença dos mestres missionários franceses nas universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, divulgaram-se novos manuais de história, utilizados no ensino de segundo grau na França. Os mais conhecidos eram os de Malet-Isaac, uma dupla que passava a ser citada nas salas de aula dos jovens professores recém-formados pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Formados na tradição francesa, os primeiros licenciados da USP estariam longe de reproduzir em suas salas de aula os princípios de Marc Bloch e Lucien Febvre. A proximidade historiográfica e histórica não seria com os paladinos dos *Annales*, tampouco com o clima vanguardistas dos anos 1920-1930, mas sim com o século XIX e sua dita escola metódica, materializados na valorização dos conteúdos históricos e da massa de fatos políticos, ensinados com base em uma cultura escolar enciclopédica e nacionalista. O bisturi crítico de Guilherme Mota parece cortar aqui a pretensão de laço umbilical envolvendo os *Annales* e os primeiros licenciados de História e Geografia da Universidade.

Os ventos de renovação que arejavam o ambiente intelectual francês, gerando empreendimentos como *Revue de Synthèse* e *Annales d'histoire économique et sociale*, não teriam chegado aqui quando da fundação da FFCL da USP. As palavras supracitadas foram proferidas em um evento ocorrido no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, no ano de 2001, voltado justamente para discutir as ideias francesas no Brasil do século há pouco findado. Três anos mais tarde, na efeméride dos 70 anos da USP, a fala virou um texto denominado “Ecos da historiografia francesa no Brasil: apontamentos e desapontamentos”, o qual compôs o livro “Do positivismo à Desconstrução: ideias francesas na América”, organizado por Leyla Perrone-Moisés – professora no Departamento de Letras Modernas - e publicado pela Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) (MOTA, 2010, p. 117-141). Em tal produção, Guilherme Mota manteve seu tom ácido em relação a memória consagradora dos *maître à penser* que passaram por sua instituição de formação.

Mais uma vez falando fora de sua Faculdade de Filosofia, embora desta vez para uma audiência certamente formada por várias pessoas que eram não só egressas dela como trabalhavam nela⁵, Guilherme Mota não se furtou de lançar palavras nada lisonjeiras sobre aquele que, à época, era já o grande nome da missão francesa no Departamento de História da USP, quiçá da historiografia ocidental. Entrecruzando história e memória, vazadas a partir de um estilo oral, apontou-se com riqueza de detalhes a estadia braudeliana na FFCL:

Entre 1935-1937, Fernand Braudel viveu durante algum tempo em São Paulo, participando das primeiras missões francesas para a criação da Universidade de São Paulo. Como disse certa vez, ‘foi o período mais feliz de minha vida’. Marcou pessoas, agitou, deixou assistentes que se tornaram catedráticos influentes, fez conferências para ‘épater’ a nova burguesia urbana e confortar (em francês) os velhos troncos estamentais. Certa feita, num dia de inverno e garoa, ao iniciar uma de suas aulas-espetáculos para os filhos madurões da elite paulistana, da qual tentavam participar alguns jovens pequeno-burgueses pobretões, ele se dirigiu a um grupo de alunos, perguntando se haviam lido Marcel Proust. Silêncio aterrador. Braudel, após tirar suas luvas brancas, perguntou: ‘por quanto tempo mais os senhores pretendem continuar imbecis?’ (MOTA, 2010, p. 126-127).

⁵ A julgar pelo livro, dentre os nomes importantes da FFLCH estavam presentes: Alfredo Bosi, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Olgária Matos e Léyla Perrone-Moisés.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Na sequência da citação, o irreverente orador confessou que ouviu diversas vezes a menção da cena final de suas palavras da boca de um insuspeito ex-aluno de Braudel, membro da segunda turma do curso: Eduardo de Oliveira França, que chegou a assistir seu mestre francês na Cadeira de História da Civilização. Este mesmo historiador brasileiro, falecido em 2003, foi quem orientou Carlos Guilherme Mota em seu percurso acadêmico formativo, notadamente no mestrado e no doutorado, sendo, pois, fundamental em sua trajetória. Muito provavelmente, em razão da idade avançada (84 anos), ele não esteve presente na ocasião do evento ocorrido no IEA.

O historiador mais representativo da missão francesa foi (des)apreciado como alguém que estaria satisfazendo os anseios aristocráticos da elite paulista, que então buscava manter seu status distintivo junto ao restante da sociedade. Afagando o ego dos “quatrocentões” de São Paulo, com “suas aulas-espetáculos”, Braudel teria entrado no jogo e no julgo de classe, em uma época em que o conflito social dava o compasso e a régua na Pauliceia Desvairada (MERKEL, 2023, p.43-75). O figurino francês, a erudição histórica e o tom professoral de superioridade seriam marcas classistas da cumplicidade existente entre o mestre e a elite paulista que o patrocinava. Diante de tais afinidades eletivas, como ver na missão francesa uma renovação da história e da historiografia? Irmanado com “os barões do café”, como Braudel poderia representar o novo no Brasil, de modo geral, e na historiografia uspiana, particularmente?

Ato contínuo, do historiador da *longue durée* seguiu para (des)caracterizar seus colegas de missão franco-brasileira, todos eles vistos como partícipes da “dialética do colonialismo cultural francês” (MOTA, 2010, p. 127). A arrogância apontada em Braudel seria não tanto uma atitude isolada e pontual de um sujeito, como seria, na verdade, a manifestação da dinâmica de dominação existente entre um país de primeiro mundo – a França – e outro de terceiro mundo – o Brasil. Através da cultura, os europeus mantinham sua superioridade secular em relação aos americanos. Daí que

A opinião desses franceses – qualquer que fosse – sempre carregava um ‘plus a mais’, até os anos de 1970 (com uma ou outra exceção, como a vivida por Charles-Olivier Carbonell no início daquela década, quando foi contestado duramente por seu estilo autoritário, num anfiteatro da Cidade Universitária). Era um tempo em que não havia concursos. Os catedráticos mandavam e desmandavam, no estilo do *grand patron*. Os professores franceses *en mission* tinham um poder excepcional (MOTA, 2010, p. 127).

Autoritarismo, elitismo, dominação e superioridade foram os espinhos que Carlos Guilherme Mota colocou na coroa dos mestres franceses tão cuidadosamente trabalhada ao longo das décadas, a fim de espezinhá-los como indivíduos que, longe de representarem uma mudança qualitativa no cenário nacional, teriam sim mantido padrões históricos de desigualdade e opressão.

Como se vê, os (des)apontamentos de Guilherme Mota ao passado francês da historiografia uspiana trazem uma crítica política condenatória. O uso abundante de adjetivos negativos pelo historiador mostra que sua análise ocorreu não tanto no horizonte historiográfico propriamente dito, tampouco no pedagógico, mas sim no ético-político (WHITE, 2014): os mestres franceses dos anos 1930 teriam tido posturas reprováveis enquanto *Homo Politicus*, isto é, agentes que expressaram tais e quais ideias, posições, valores, relações etc., comprometidos com a manutenção de um quadro histórico de subdesenvolvimento - palavra forte no linguajar intelectual da segunda metade do século XX



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

- político, econômico e cultural. Com isso, abordou-se menos o historiador, no sentido de suas concepções historiográficas, ou o professor, com seu método de ensino, do que o sujeito, o animal político que reproduziu um projeto de classe elitista de longa data no país. O debate e o embate, portanto, são essencialmente políticos, voltados para o que os indivíduos em foco representam em termos de mudança ou permanência históricas.

Este enfoque radicalmente político encaminhou para um distanciamento da memória engrandecedora dos mestres europeus. A ironia e o sarcasmo, linguisticamente falando, representam os “trópicos do discurso” que afastam o sujeito do objeto sacralizado (WHITE, 2001, p. 13-39). A fim de precisar mais o contraste entre os espectros discursivos ora em foco, segue um extenso relato de Canabrava (2005, p. 26-27), bastante eloquente da memorialística do legado francês na USP:

A metodologia dos mestres franceses, sua personalidade, seu interesse pelo país, as relações de cordialidade afetiva e compreensão, e mesmo de estima pessoal que mantinham com os estudantes, os distinguiam dos demais professores. [...] Aulas maravilhosas de História, cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil. [...] A leitura dos estudos especializados pelo Mestre constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator: a dicção perfeita, as variações da voz, a expressão da fisionomia. Ao se despedir, ao término de cada aula, com o indefectível ‘la suite à la prochaine fois’, desolávamos a interrupção. Vivíamos em permanente estado de encantamento, todos os estudantes, sem distinção, a justificar o designativo que, muito depressa, firmou-se com respeito ao professor de História: ‘le prince Charmant’. Sim, encantador, não apenas pelo magnetismo das aulas, mas também pelo trato e aparência. Chegava para as aulas com luvas de couro na mão, jogadas com naturalidade sobre a mesa, o terno sempre escuro de linhas perfeitas, a gravata em harmonia, todo o conjunto se coadunava em elegância sóbria. O refinamento no trato conjugava-se com a atitude espontânea e afável de nos deixar à vontade. [...] O professor invariavelmente gentil, sempre com uma palavra afetuosa e amiga para cada aluno, ansioso por conhecê-lo mais de perto.

Produzido na data redonda dos 50 anos da principal instituição paulista de ensino superior, o depoimento da ex-aluna de Braudel marca bem a diferença em relação ao que seu colega de instituição, Carlos Guilherme Mota, vinha fazendo desde os anos 1970.

O deslumbramento dos anos de graduação parece ter reverberado até a época das palavras acima de Canabrava, de modo que a historiadora apresentou um relato carregado de lirismo, entendendo este conforme Luiz Costa Lima (2002, p. 348): “um sentimento, o deixar-se invadir por ondas emocionais em que o espírito se expande e regala; um estado de fantasia, onde a lenda, dispersa, nebulosa e etérea, ganha a palma sobre a história”. Conforme Maurice Halbwachs (1990), o lirismo é um dos componentes de uma *memória afetiva*. É como se tudo se revelasse edênico e fabuloso nos mestres franceses: da fala, passando pelos materiais de ensino, até chegar à indumentária.

Enquanto Alice Canabrava viu neles fineza, amabilidade, empatia e generosidade, Guilherme Mota, por seu turno, enxergou “uma postura superior em relações aos modestos professores locais” (MOTA, 2010, p. 122). O contraste das memórias salta aos olhos, evidenciando percepções opostas sobre os mesmos personagens. No memorialismo da historiadora, não há espaço para o contraditório: a tensão, a dúvida ou o conflito. Já na recordação do historiador, estes elementos compõem, os quais tecem uma realidade mais agônica e disputada. Se Canabrava trouxe uma memória afetiva, Mota apresentou uma reativa, marginal ao legado francês na FFCL.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

A controvérsia não encontra espaço na rememoração de Canabrava devido a sua saudação elogiosa aos antigos mestres franceses (um dos quais foi, inclusive, seu orientador de doutoramento, Jean Gagé). A catedrática de História Econômica fez seu depoimento sob o signo do deslumbramento experimentado no momento de sua juventude, quando deixou o interior de São Paulo e foi para a capital estudar em uma cidade que em quase nada lembrava Araras, sua terra natal. Imergindo neste fascínio dos anos de formação, reviveu a época de graduação, quando teria desfrutado de um momento ímpar em sua formação intelectual, tecendo um relato nostálgico no qual procura se aproximar dos mestres franceses, dirimindo a distância, a hierarquia, a diferença entre si e os catedráticos europeus⁶. Estes foram os pontos que Carlos Guilherme Mota procurou repor em seus relatos ofensivos a missão francesa, guardando, assim, reservas ao passado francês da historiografia uspiana, margeando e rasurando uma memória francófona.

Tal história, quais renovadores?

“A alteração do passado é mesmo um atributo da memória” (CANDAUI, 2016, p. 164).

Ao rejeitar o timbre de renovadores da História no Brasil, posto junto aos mestres franceses por parte importante da comunidade de memória uspiana, Carlos Guilherme Mota não apenas se afastou da francofilia desta reminiscência. Com tal movimento, o historiador da USP reordenou o passado de sua historiografia, colocando-o em novas bases, para ser erguidas agora sobre outros sujeitos. Afastando-se da missão francesa enquanto agente modernizador da historiografia brasileira, partiu em direção a um grupo de autores nacionais a quem popularizou de “redescobridores do Brasil”⁷, isto é, intelectuais que, em franco diálogo com as ciências sociais da época, escreveram sobre a formação histórica do país, perscrutando o problema da identidade nacional. Tratam-se dos chamados “intérpretes do Brasil”, renomados letrados que iniciaram sua obra intelectual com livros ensaísticos sobre a gênese da sociedade brasileira durante a primeira metade do século XX (BOTELHO & SCHWARCZ, 2009).

Se na reavaliação operada o marco temporal dos anos 1930 permaneceu, a Universidade, contudo, saiu de cena, emergindo intelectuais que não seriam tributários desta instituição:

Registre-se, como Francisco Iglésias, que algumas das obras mais valiosas de história não foram escritas por historiadores, mas [por] especialistas de outros campos. Podem ser apontados Oliveira Viana e Gilberto Freyre, na seara política e no estudo social, respectivamente. Note-se, neste passo, que nem Caio Prado Junior (possivelmente o historiador mais significativo do Brasil), José Honório Rodrigues e Sergio Buarque de Holanda tiveram suas formações e carreiras definidas pela vivência universitária. Vale lembrar que também Gilberto Freyre não é fruto de vivência universitária no Brasil, mas sim no exterior (MOTA, 1975, p. VIII).

⁶ A trajetória intelectual de Alice Canabrava foi ricamente analisada em JÚNIOR (2019).

⁷ Nos últimos anos, com uma proposta de divulgação de discussões teórico-historiográficas, o historiador José Carlos Reis tem difundido muito em seus livros a referida expressão. Ver REIS (2007).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Se não se escreve história sem datas, como provocou Leví-Strauss (2004, p. 09) em suas polêmicas antropológicas com Clio, no passado nacional da historiografia universitária a década de 30 do vigésimo século seria um momento diferencial, um marco mesmo, mas menos pela criação das Faculdades de Filosofia do que em razão da obra dos “intérpretes do Brasil”. A eles a ruptura com a tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) seria atribuída. Estes últimos sim teriam feito a História, fazendo-a ser outra, nova, singular.

Logo, foram autores nacionais que instituíram efetivamente “novos paramentos para a historiografia no Brasil”, na medida em que romperam com a tradição historiográfica da “elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca” (MOTA, 2011, p. 46). Com olhares atentos sobre a terra *brasilis*, tais pensadores representariam os “descobridores modernos” do Brasil, homens que escreveram livros de história em que se poderia encontrar um novo passado nacional. Nas páginas escritas por eles, um novo país se revelava aos brasileiros, assegurando-lhes um posto de inauguradores, pioneiros, desbravadores de uma realidade pretérita desconhecida. Espécie de intelectuais cabralinos, eles teriam colocado no horizonte da história nacional novas categorias (cultura, classe, tipo ideal, modo de produção etc.) e novos temas (cotidiano, alimentação, moradia, mentalidade, forças produtivas etc.).

Com o destaque dado a tais intelectuais, a ideia de história em foco diz respeito exclusivamente a de historiografia, ou seja, a dimensão de pesquisa histórica, e não a de ensino. Os “intérpretes do Brasil”, longe das salas de aula, foram tomados como escritores de livros de história, como letrados que, de suas pesquisas de gabinete, elevaram o saber histórico nacional a partir de tais produções. Significativamente, nada é falado a respeito do magistério superior que nomes como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues exerceram em alguns momentos de suas carreiras⁸. Se com os cultores da missão francesa na FFCL a dimensão de ensino foi, de alguma forma, levada em consideração, em Carlos Guilherme Mota, entretanto, a face da docência foi completamente ignorada, encarada como elemento desnecessário para renovar a História no Brasil. Porém, para além desta diferença, é possível apontar semelhanças entre os discursos em litígio.

Assim como a enunciação celebradora da memória dos mestres franceses, as ideias alternativas de Guilherme Mota trazem igualmente as categorias de fundação e modernização, as quais se equivalem. Mesmo tentando romper com aquele tipo de proposição, o autor de “A ideologia da cultura brasileira” operou com uma lógica de pensamento disruptiva, segundo a qual é preciso romper com o passado para dar lugar ao novo, ao moderno. Este só nasceria de um golpe de força, feito não tanto por um indivíduo, mas sim por uma coletividade. A fundação da historiografia brasileira moderna, a modernização dos estudos históricos no Brasil, inscrita no passado, não é questionada, posta em dúvida, sendo um tipo de destino manifesto da comunidade historiadora. Seguindo François Hartog (2017, p. 28), é possível dizer que há aqui a crença em História, isto é, no seu *telos*, na sua direção. Moderno, Guilherme Mota esteve atento ao futuro do passado, ao caminhar da História no Brasil, investindo esforços intelectuais no retrazar de sua marcha, o que o levou a se debater com os missionários franceses.

⁸ Freyre deu aula de antropologia na UDF, entre 1935-1939; Sergio Buarque de Holanda, após passar pelo curso de história desta universidade, foi catedrático da USP de fins dos anos 1950 até 1968; e José Honório Rodrigues passou por diferentes universidades do Rio de Janeiro, tais como Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.



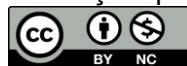
Dessa forma, o debate em questão diz respeito aos agentes desse processo modernizador da História no país, aos autores que refundaram a historiografia brasileira, merecendo, pois, o devido reconhecimento, a justa memória. A memória, situada em um contexto de forte disputa, visava esclarecer precisamente este passado da historiografia brasileira, como que colocando ordem no processo e premiando os supostos modernizadores da história. Ao se estabelecer, ao se hegemonizar, ela trazia como corolário a versão tida como verdadeira da história da historiografia brasileira, o passado tal como ocorreu. É este triunfo que tanto os discípulos nacionais da missão francesa quanto o próprio Carlos Guilherme Mota ambicionavam, a fim de entronizar uma história, a sua história, a dos fundadores da historiografia moderna no Brasil. No limite, buscava-se o par milenar da memória, qual seja: a fama, recurso simbólico que não só combate o esquecimento como garante prestígio e distinção para toda a pessoa que a possui (ASSMAN, 2011).

Se para historiadores uspianos como Eurípedes Simões de Paula, Pedro Moacyr Campos e Eduardo de Oliveira França, representando a memória francófona da FFCL, o posto de modernizadores da História no Brasil caberia aos nomes de Braudel, Gagé e Coornaert, para Carlos Guilherme Mota, em contrapartida, o lugar deveria ser ocupado por autores nacionais da década de 1930. Com isso, confrontava-se uma leitura interna, nacionalista, com uma outra externa, baseada em historiadores estrangeiros. Os professores de Guilherme Mota estavam ao lado de uma modernização exógena, vinda com os mestres franceses, enquanto que aquele historiador propugnava uma modernização endógena, realizada pelos próprios brasileiros. O desvio em direção ao nacional representava uma leitura oposta ao que estava posto na memória institucional do Departamento de História da USP, construída pelos herdeiros dos mestres de luvas brancas.

Tal disputa pelos renovadores da História no país ocorria em um momento de grande efervescência nacional. Falava-se no nacional-popular, bem como no nacional-desenvolvimentismo, principalmente nos meios intelectuais, nos quais se debatia os problemas do Brasil, os fatores que emperravam o desenvolvimento da nação (MOTTA, 2014). À direita e à esquerda, bastante polarizadas no contexto ditatorial pós-Golpe Militar de 1964, adotava-se um nacionalismo, ufanista em uns, revolucionário em outros. Brasil: ame-o ou deixe-o!, slogan da Ditadura Militar nos anos 1970, era a expressão autoritária de um sentimento nacionalista que estava fortemente disseminado no corpo social. Daí sua aceitação em vários setores sociais, notadamente na grande mídia (FICO, 1997).

Em tal atmosfera altamente agitada, a História, enquanto historiografia, ensinada e/ou pesquisada, enredava-se em discussões políticas, em projetos de nação, em defensores e inimigos da pátria, em alienados e críticos, em burgueses e revolucionários, em entreguistas e nacionalistas (BURMESTER, 1992). Sem necessariamente refletir esta conjuntura dos anos 1960-1970, a ofensiva de Guilherme Mota aos partidários da missão francesa traz muito as cores e os termos desta época: nação, modernização, desenvolvimento, nacional, estrangeiro, elite, popular, dominação, soberania etc. Debater o país era inseparável do debate sobre sua historiografia, passada, presente e futura, o que justificava a relevância da temática em litígio. Assim, não foi à toa que os ditos “intérpretes do Brasil” foram agenciados para divergir de uma memória institucional baseada em autores estrangeiros. Havia, como nunca no país, uma política do saber.

Este embate de Carlos Guilherme Mota com a memória oficial de seu Departamento talvez ajude a explicar a razão pela qual nenhum colega docente de instituição participou de sua banca de tese de livre-docência. Raymundo Faoro, Michel



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Debrun e Manuel Correia de Andrade foram os três examinadores que arguíram “A ideologia da cultura brasileira”, trabalho que foi realizado no interior de um componente curricular do curso de História, a disciplina de História Contemporânea, criada após a reforma universitária de 1968 que aboliu o sistema de cátedras (MOTTA, 2014). Entre os arguidores, todos eles externos à USP, chama atenção a presença de Raymundo Faoro, reconhecido desde 1958, quando publicou “Os donos do poder”, como um dos vários intérpretes do Brasil. O próprio Manuel Correia de Andrade, que se notabilizou no final de sua carreira por organizar em Recife um evento intitulado “redescobrimo o Brasil”, costuma igualmente ser visto como um intérprete da nação⁹.

A presença de tais nomes reforçou o diálogo com toda a tradição dos pensadores da identidade nacional que Guilherme Mota vinha não só travando há anos, como estava, na verdade, agenciando para confrontar a memória institucional francófona de sua unidade de trabalho. Além de escrever sobre autores como Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, José Honorio Rodrigues, Raymundo Faoro, entre outros, o historiador da USP buscou uma interlocução direta com representantes desta linhagem intelectual. O que, aliás, foi feito não só em sua tese de livre-docência, mas também em vários outros textos¹⁰. E não sem tensão e discordâncias, conforme ocorreu com Sergio Buarque de Holanda no começo dos anos 1970, em que os dois se envolveram em um debate de réplicas e tréplicas a respeito da linguagem historiográfica (CARVALHO, 2017, p. 159-227).

Apesar de indicar nomes como os de José Honorio Rodrigues, Raymundo Faoro e Roberto Simonsen, a ênfase recaiu no famoso trio composto por Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Carlos Guilherme Mota teve papel importante na sedimentação do cânone historiográfico, o qual elevou aqueles três historiadores ao posto de autores incontornáveis do pensamento social brasileiro (FRANZINI & GONTIJO, 2009). Em “A ideologia da cultura brasileira”, os holofotes de análise, mas também de aplausos, recaíram majoritariamente sobre a trinca intelectual, à revelia de outros autores que, aqui e ali, podem-se surpreender em algumas páginas do texto, pois

Fez recuar para um terceiro plano obscuro trabalhos como os de Paulo Prado (*Retrato do Brasil*, 1928), Alcântara Machado (*Vida e morte do bandeirante*, 1929), ou Cassiano Ricardo (*Marcha para o oeste*, 1943). E para um segundo plano estudos contemporâneos como os de Fernando de Azevedo (*A cultura brasileira*, 1943) e Nelson Werneck Sodré (*Panorama do Segundo Império*, 1938). E, vale enfatizar, estas obras, apesar de tudo, contrapunham-se à extrema mediocridade da historiografia rançosa produzida nos institutos históricos e geográficos e nas academias de província (MOTA, 1975, p. 26).

Na conjuntura das décadas finais do século XX, a valorização dos autores acima era uma atitude relativamente comum, seja dentro ou fora da Universidade¹¹. De modo

⁹ É curiosa também a presença de Michel Debrun, professor francês radicado no Brasil desde 1950 e que ensinou filosofia, ética e ciência tanto na Universidade Estadual de Campinas quanto na USP. Muito provavelmente, a participação de tal filósofo tem a ver com seus estudos a respeito da noção de ideologia, especialmente em Gramsci, autor mobilizado por Carlos Guilherme Mota em sua tese de livre-docência.

¹⁰ Os livros “História e contra-História” (MOTA, 2010) e “Educação, contraideologia e cultura” (MOTA, 2011) trazem diversos artigos sobre os mais diferentes intérpretes do Brasil.

¹¹ O importante livro de entrevistas com historiadores e historiadoras do Brasil da segunda metade do século XX, mostra bem como os letrados do começo desta centúria eram lidos e debatidos por diversos estudantes e docentes do curso de História. Ver MORAES & REGO (2002).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

geral, eles já eram autores consagrados, com livros reconhecidos nacional e internacionalmente. No caso de intelectuais universitários, é possível citar historiadores como Francisco Iglésias e José Roberto do Amaral Lapa, os quais em seus balanços da história da historiografia brasileira reservaram um lugar especial aos intérpretes da nação. Não sem apontar críticas, o segundo vaticinou: “nada impede que se valorize devidamente a contribuição dessa geração de historiadores à história no Brasil. Contribuição inteligente, renovadora e que ao nosso ver identifica um momento significativo de nossa historiografia” (LAPA, 1976, p. 73). Apesar do caráter excessivamente ensaístico e da frágil pesquisa documental, os livros iniciais de Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda mereceriam um lugar digno no rol de obras que impactaram positivamente o pensamento histórico no Brasil.

No caso especificamente da USP, mais precisamente no Departamento de História, Raquel Glezer, em sua tese de doutoramento apresentada em 1977, fez também um reconhecimento semelhante ao de Amaral Lapa:

a destruição da visão oficial teve início na década de 1930, quando foram publicadas as primeiras obras com novas interpretações histórico-sociais que tiveram aceitação e repercussão imediata e iniciaram a transformação dos estudos históricos no Brasil, com autores como Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Oliveira Viana (GLEZER, 1976, p. 231).

A Revolução de 30 historiográfica, isto é, o processo que abalou as estruturas da historiografia tradicional no Brasil, poderia ser creditada a estes nomes. Certamente, Carlos Guilherme Mota concordaria com todas as ideias expressas pelos colegas de guilda acadêmica acima. Assim como eles, também mobilizou em seus escritos uma oposição marcante da cultura ocidental, bastante forte na historiografia, seja em sua dimensão de pesquisa, seja na de ensino: tradicional *versus* moderno. Os autores, os livros, os espaços, as instituições, os movimentos, em uma palavra, a história, foram enfeixados nesta dinâmica historicista do que é velho ou novo, atrasado ou inovador, estático ou dinâmico (BEVERNAGE & LORENZ, 2013). Segundo Itamar Freitas, este é o padrão narrativo das primeiras histórias da historiografia brasileira, seja em termos da pesquisa propriamente dita ou do ensino superior de história (FREITAS, 2006, p. 12-29). Foi dentro dessa dicotomia que o combate ora em foco foi travado, de modo que os personagens do discurso contrário foram taxados de tradicionais, ao passo que os aliados de modernos¹².

O elogio ao variado grupo dos “intérpretes do Brasil” desenhou um cenário oposto ao que foi montado para caracterizar a historiografia universitária da época. Como foi apontado, esta foi marcada pelo signo do atraso, da manutenção do caldo cultural oligárquico da história nacional, a despeito dos ilustres membros da missão francesa. Adensando a comparação entre uma realidade e outra, em sua tese de livre-docência, Carlos Guilherme Mota apontou:

Se o primeiro momento da produção historiográfica mais significativa do século XX no Brasil não está diretamente marcado pela vivência

¹² Interessante pontuar que Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d’Oliveria França, em diversos textos, apresentaram várias ressalvas aos ditos “intérpretes do Brasil, tais como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e José Honório Rodrigues. Até mesmo Sergio Buarque de Holanda, que chegou a ser professor da USP por concurso de cátedra, recebeu antipatias daqueles dois historiadores uspianos. Ver SAAD (2016).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

universitária de seus autores que, regra geral, estudaram no exterior, ao segundo momento poderá ser consignada a primeira florescência significativa da universidade. De fato, foi no final dos anos 1940 que os trabalhos do labor universitário se fizeram sentir. Até então, já se disse alhures, a pesquisa histórica das faculdades de filosofia, criadas na década de 1930, não pareceu um enriquecimento imediato, mas sim um descaminho (MOTA, 1975, p. 26).

O marco de renovação da historiografia universitária, alocado no final dos anos 1940, não foi posto gratuitamente, pois é exatamente o momento em que se finda a missão francesa. Na esteira do trabalho de Fernanda Massi a respeito da cooperação universitária França-Brasil dos anos 1930, o retorno de Gagé no final do ano letivo de 1946, após reger a cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, pode servir como marco conclusivo do empreendimento cultural, haja vista que “a partir dos anos 50 os brasileiros formados pela Universidade passaram a ocupar as cadeiras deixadas pelos franceses” (MASSI, 1991, p.14).

A saída dos franceses teria aberto o caminho para a verdadeira modernização da historiografia uspiana. A partir daqui, destacou-se uma série de iniciativas, tais como teses de doutorado (como a de seu orientador Eduardo d'Oliveira França:1951), revistas especializadas (como a Revista de História:1950) e eventos e entidades acadêmicas (como a APUH e seus congressos: 1961). Signo maior de inovação na guilda historiadora, conforme certa cultura historiográfica, os *Annales* teriam realmente adentrado no meio acadêmico nacional em uma conjuntura pós-missão francesa:

A interdisciplinaridade, meta da Faculdade de Filosofia, concretizou-se nesses anos da Revista [de História] que, além de ser a mais importante no setor de Ciências Sociais, fora criada sob a inspiração da revista *Annales*, sabidamente aberta às diversas disciplinas que estudam o homem em sociedade (MOTA, 1975, p. XXII).

Se houve uma influência dos *Annales* na historiografia brasileira, ela teria começado não na improdutiva década de 1930, mas sim na segunda metade desta era, quando uma nova historiografia ligada ao ensino superior começou a deslançar, descortinando novos horizontes para os historiadores e historiadoras do país. A renovação da historiografia universitária teria um marco inicial claro: fim dos anos 1940 e início da década seguinte.

Avançando pela segunda metade do século XX, a florescência da História na Universidade (de São Paulo) teria seguido firme e forte. Como signo inicial dessa nova era historiográfica, Guilherme Mota destacou nomes como Olga Pantaleão, Maria Teresa Petrone, Nícia Vilela Luz, Boris Fausto, Fernando Novais, Edgar Carone e José Roberto do Amaral Lapa (o único não formado pela USP), todas e todos identificados a uma historiografia de feição universitária renovada, em razão da formação ter ocorrido, significativamente, em fins dos anos 1940 e décadas de 1950 e 1960. Tratar-se-iam de historiadores e historiadores formados na segunda e/ou terceira décadas da Universidade,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

muitos dos quais foram professores de Carlos Guilherme Mota, seja na graduação e/ou na pós-graduação¹³.

Empreendimentos coletivos também mereceram menção honrosa no escopo traçado pelo historiador uspiano, como os livros “Brasil em perspectiva” (1968) – organizado pelo próprio – e “História geral da civilização brasileira” (1960-1964), em seus volumes iniciais coordenados por Sergio Buarque de Holanda, diga-se de passagem. Ao alinhar todas estas iniciativas da historiografia universitária, Carlos Guilherme chegou bem próximo ao seu presente, tendo até mesmo se colocado como partícipe do processo de renovação descrito. Tal fato é um sinal eloquente do quanto se alojou a renovação da historiografia universitária em décadas posteriores ao nascimento da Universidade, de modo a marcar um distanciamento em relação aos mestres franceses, tão enaltecidos por uma memória oficiosa do Departamento de História da USP.

Ao mestre, com carinho

“Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam. O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram” (RICOEUR, 2007, p. 101).

Vale a pena frisar que o autor de “A ideologia da cultura brasileira” praticou algo idêntico ao que os discípulos da missão francesa fizeram, qual seja: o tributo aos mestres. Tal qual Eurípedes Simões de Paulo, Pedro Moacyr Campos, Eduardo de Oliveira França e Alice Piffer Canabrava, Carlos Guilherme Mota também exaltou seus professores, atribuindo igualmente a eles poderes de renovação da História. A diferença, entretanto, é a de que, no caso daquele último historiador, seus mestres são nacionais, criados e formados em uma instituição brasileira, a Universidade de São Paulo. Não obstante, a endogenia é a mesma: o olhar ensimesmado parte da própria realidade acadêmico-institucional para defender grandes transformações da História ao nível nacional. Há uma firme defesa dos pares universitários coetâneos, perfilando uma endogênese da historiografia brasileira, restrita a uma historicização de um departamento institucional específico. Tudo se passa como se a história da historiografia brasileira circulasse quase que exclusivamente dentro da USP, em uma dinâmica bastante internalista, a qual, inclusive, foi muito forte na segunda metade do século XX (RAMOS, 2022).

Ao fim e ao cabo, Guilherme Mota não rompeu completamente com o discurso da memória exaltadora da missão francesa na FFCL da USP, dado a presença em suas intervenções das mesmas categorias – fundação, modernização, desenvolvimento, contribuição - que enformaram os textos dos autodenominados discípulos dos professores estrangeiros. Além disso, o crítico dos missionários franceses, se por um lado olhou para fora de sua universidade ao destacar a contribuição dos intérpretes do Brasil, por outro acabou reproduzindo a mesma endogamia de seus adversários nacionais no momento em

¹³ O início do magistério superior de Carlos Guilherme Mota na USP deu-se justamente assistindo seus ex-professores Eduardo d'Oliveira França e Fernando Novais, os quais atuavam no componente curricular de História Moderna e Contemporânea.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

que tratou dos primeiros frutos da historiografia universitária brasileira nas décadas de 1940 e 1950.

Tal auto referenciação tem a ver com a alta carga emocional nutrida em relação a USP, de modo geral, e com a FFCL, de maneira particular. Daí se dizer que Eurípedes Simões de Paulo, Pedro Moacyr Campos, Eduardo de Oliveira França, Alice Piffer Canabrava e o próprio Carlos Guilherme Mota apresentaram uma identidade uspiã, e não apenas em razão da formação e da atuação profissional terem se dado nesta instituição, mas sim por se colocarem como sujeitos que deram uma enorme centralidade ao que se produzia em sua “casa”, não à toa muitas vezes chamada de escola¹⁴.

De fato, todos os nomes citados incorporaram de seus professores, colegas de trabalho e de sua própria vivência institucional um profundo sentimento de ligação e valorização da Universidade de São Paulo, tendo se referido várias vezes a esta instituição de forma elogiosa (exceto para a primeira década da USP, no caso de Guilherme Mota). Este ser uspiã, tão proclamado e cultivado por muitos, está na base da atitude endógena de elogio aos mestres. Não seria um exagero assinalar que ele reclama uma espécie de *dever de memória* aos mestres antecessores (RICOEUR, 2007). O enaltecimento destes implica a valorização da instituição, e vice-versa. Na economia afetiva dos uspiãos, mestre e instituição se equivalem, razão pela qual não reconhecer um é igualmente não dignificar a outra. Foi precisamente isso que ocorreu com Carlos Guilherme Mota, ao não destacar o valor da USP nos anos 1930: se os mestres franceses não eram tão excepcionais assim, por que a faculdade onde estavam deveria sê-lo? Mesmo criticando Braudel e seus companheiros de expedição, Guilherme Mota produzia sua ofensiva no mesmo registro sentimental da francofilia da memória preponderante no Departamento de História da USP.

Tanto Eurípedes Simões de Paulo, Pedro Moacyr Campos, Eduardo de Oliveira França, Alice Piffer Canabrava quanto Carlos Guilherme Mota realizaram, no fundo, um tributo aos mestres; franceses, no caso daqueles, e “nacionais” (paulistas?) no caso do autor de “A ideologia da cultura brasileira”. Não à toa, este trabalho, que foi o principal do autor, aquele que visava coroar sua carreira de pesquisador e de docente na USP, trouxe a seguinte dedicatória, antecedendo a página de agradecimentos¹⁵: “para Eduardo d’Oliveira França, meu professor, mestre em liberdade de pensamento (e expressão)” (MOTA, 1975, s/p). Esta breve menção ao ex-professor, orientador de mestrado e de doutorado, a quem ainda assistiu no tempo das cátedras, parece encerrar toda a marginália que Guilherme Mota percorreu em sua diatribe contra a missão francesa: da injúria aos franceses à honra aos mestres da USP, no canto da página.

Referências

Artigo de periódico

CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, v.22, n.45, 1961a.

CANABRAVA, Alice Piffer. Minhas reminiscências. *Economia Aplicada*, V.1, N.1, 1997, São Paulo.

¹⁴ Vide as ditas escolas uspiãs de história e de sociologia.

¹⁵ As primeiras linhas desta seção trazem: “Ao professor Dr. Eurípedes Simões de Paula, nosso decano, sempre presente em todas as etapas da minha carreira – agradecimento especial” (MOTA, 1975, p. s/p).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. A escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, v.8, n.22, 1994.

COSTA, A. L. Clio no espelho: um estado da arte sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 251–281, 2022.

COSTA, A. L. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. *Revista Brasileira de História*, V. 40, N. 85, Setembro-Dezembro, 2020.

FREIRE, D. J. F. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. *Artcultura*, v.21, n.39, p.139-53, 2019.

FREIRE, D. J. F. A missão francesa na História (USP): relato inaugural e monumentalização (1949-1971). *Revista Estudos Avançados*, N.38, V. 110, Janeiro-Abril, 2024.

MARTINEZ, P. Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956). *Revista de História*, n.146, p.11-27, 2002.

PAUL, Herman. self-images of the historical profession: idealized pratics and myths of origin. *Storia della Storiografia*, Num. 59-60, 2011.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Estudos Históricos*, V. 2, N. 3, 1989, Rio de Janeiro.

ROIZ, Diogo da Silva. Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”: formas de como se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, N. 19, p. 137-185, jan./abr. 2009.

Capítulo de livro

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future. In: _____. (Orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e História da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FREITAS, Itamar. Itinerários do ensino superior de história no Brasil (primeiras leituras). In: _____. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora da UFES, 2006.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Michel de Certeau. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FERREIRA, Marieta. de Moraes. Os professores franceses e o ensino de história anos 1930. In: MAIO, M. C.; VILLAS BOAS, G. (Org.) *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

LIMA, Luiz Costa. Nabuco: Trauma e Crítica. In: _____. *Intervenções*. São Paulo: Edusp, 2002.

Livro

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ASSMAN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 2010.

CANABRAVA, A.P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec, 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1994.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. Rio de Janeiro, Forense, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *História e etnologia*. Campinas: Unicamp, 2004.

MERKEL, Ian. *Termos de troca: Intelectuais Brasileiros e as Ciências Sociais Francesas*. São Paulo: Edusp, 2023.

MOTA, Carlos Guilherme. *Educação, contraideologia e cultura*. São Paulo: Globo, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história*. São Paulo: Globo, 2010.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORAES, J. G. V. de; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

PESSOA, Fernando. *A obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1977.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar: história, memória e política*. Unipop, 2012.

WHITE, Hayden. *The practical past*. Northwestern: Northwestern University Press, 2014.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Dissertação/Tese

BELIEIRO, T. G. *A presença dos Annales no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (1985-1994)*. Assis, 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

BURMESTER, Maria Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 1970*. Tese de livre-docência apresentada a Universidade Federal do Paraná, 1992.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Sergio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)*. Curitiba, 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

COSTA, A. *De um Curso d'água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 1976, 2 Vols.

JÚNIOR, Otávio Erbereli. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MASSI, F. P. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MOTA, Carlos Guilherme. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.

RAMOS, Matheus Pinheiro da Silva. *Um lugar de produção e a produção de um lugar: a construção da centralidade do eixo Rio-São Paulo na historiografia Acadêmica Brasileira (1990-2021)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.

RODRIGUES, L. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

Notas de autoria



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Catolé do Rocha. E-mail: diego.freire@ifpb.edu.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FREIRE, Diego José Fernandes. “Os professores de luvas brancas”: marginálias do passado da historiografia uspiana. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 52, p. 90-111, 2025.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 27/02/2025

Aceito em 28/07/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)